

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL PRODUTO 18: Assistência social e psicológica - Realizar o mapeamento da rede socioassistencial e das formas de Controle Social do município, elaborar sobre os programas da Fundação Renova e acompanhar se necessários os atingidos e atingidas nas demandas especiais.

Barra Longa, MG
2020

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL PRODUTO 18: Assistência social e psicológica - Realizar o mapeamento da rede socioassistencial e das formas de Controle Social do município, elaborar sobre os programas da Fundação Renova e acompanhar se necessários os atingidos e atingidas nas demandas especiais apresentado à AEDAS como cumprimento da segunda etapa de trabalho prevista no Termo de Referência.

Elaborado por: Juliana Ap. Cobuci Pereira
Assistente Social (CRESSMG-23961)

Barra Longa, MG

2020

SUMÁRIO

Introdução.....	2
1. A situação de segurança dos grupos vulneráveis em Barra Longa.....	4
1.1 A situação de segurança de crianças e adolescentes em Barra Longa.....	5
1.2 A situação de segurança das mulheres em Barra Longa.....	9
1.3 A situação de segurança das pessoas idosas em Barra Longa.....	12
2. Apontamentos sobre segurança/violência de grupos vulneráveis em Barra Longa.....	15
Considerações Finais.....	17
Referências.....	21

Situação de segurança/violência de grupos vulneráveis em Barra Longa/MG

Introdução

O presente texto apresenta o último indicador do mapeamento socioassistencial do município de Barra Longa/MG, a segurança e/ou situação de violência de grupos vulneráveis. Conforme tratamos em nosso trabalho inicial buscamos identificar o conjunto de informações capazes de fornecer a configuração da proteção social neste município considerando as áreas que sofreram maior alteração negativa no município em virtude do desastre/crime do rompimento da barragem de Fundão. As leituras e levantamentos iniciais apontaram quatro indicadores fundamentais para a abordagem proposta. São eles, trabalho e renda, segurança alimentar e nutricional, educação e segurança/violência de grupos vulneráveis. As análises dos três primeiros indicadores delinearam um quadro preocupante sobre a situação vivenciada pela população local. Consequentemente compreendemos a necessidade de adoção/implementação de medidas urgentes uma vez que a sua não adoção tende a agravar o citado quadro.

Vale ressaltar que a configuração da situação socioassistencial de Barra Longa se encontra atualmente em tão agravada situação pela demora da Fundação Renova em executar ações já acordadas em território e também deliberações emitidas pelo sistema CIF. Neste sentido afirmamos que por tocarem em aspectos fundamentais à reparação e também a qualidade de vida e sobrevivência da população atingida não há justificativa para o posicionamento furtivo da Fundação.

Assim considerando as análises realizadas sobre os indicadores trabalho e renda, segurança alimentar e nutricional e educação agora apresentamos alguns apontamentos sobre a situação de segurança/violência de crianças e adolescentes, mulheres e pessoa idosa no município de Barra Longa. Buscamos verificar as alterações relativas a este âmbito na vida destes sujeitos, mas que não

se restringem a eles. Percebemos que as situações ocorridas no município em razão do desastre/crime afetaram toda sua população, mas no contexto de desigualdades que conforma a sociedade os citados grupos sofrem tais alterações de maneira mais intensa.

A escolha do indicador segurança/violência partiu da nossa percepção sobre a existência de áreas afetadas pelas situações geradas em razão do desastre/crime ainda não mensuradas, como o quadro de segurança/violência sobre grupos potencialmente vulneráveis. Percebemos que em vários textos e documentos produzidos sobre a situação de Barra Longa após o rompimento da barragem não havia a consideração de tal aspecto. A maior das análises se concentram nas perdas materiais que obviamente são aquelas que mais imediatamente expressam os danos e provocam alterações na vida das pessoas. Assim avaliamos a importância de destacar o item segurança/violência de grupos vulneráveis uma vez que em contextos de desastres, como o que ocorreu na bacia do Rio Doce, populações vulneráveis tem os determinantes de sua condição risco intensificadas.

Do mesmo modo a escolha dos grupos a serem considerados não foi aleatória. Partimos da consideração dos grupos já mencionados em documentos, mas especialmente da observação da manifestação da preocupação dos/das atingidos/as quanto a estes sujeitos e de informações levantadas nos material produzidos pela assessoria técnica. Percebemos que Barra Longa possui uma população idosa significativa. Estima-se que os idosos compõe atualmente 14,34%¹ da população. Ao mesmo tempo foi comum o relato de muitos as atingidos/as quanto a mudanças nos hábitos de crianças e adolescentes no município em virtude dos efeitos do desastre/crime. Por fim a análise preliminar de dados sobre trabalho e renda apontaram que as mulheres compõe o grupo social que mais fortemente sentiu os efeitos das mudanças neste âmbito tendo em vista sua predominante inserção informal no mercado de trabalho e o não reconhecimento de sua renda pela Fundação Renova.

Vale ainda ressaltar que ao elegermos os grupos aqui considerados, criança e adolescente, mulheres e pessoa idosa, não ignoramos a existência de outros sujeitos em situação de risco, como é o caso das pessoas portadoras de necessidades especiais e população LGBT. Ocorre que os grupos considerados nesta análise são percebidos pelos/as atingidos/as como segmentos carentes de medidas de reparação mesmo que ainda não tenha ocorrido a organização das pautas específicas

1 A taxa de população idosa local foi calculada com base nos dados do IBGE/Censo 2010 que prevê atualmente uma população de 6143 habitantes para Barra Longa. Para mais informações acessar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barra-longa/panorama>

para tais grupos. Para os demais sujeitos em potencial situação de risco, entretanto isso ainda não ocorre dificultando seu mapeamento, o que não significa a sua não ocorrência. Assim afirmamos que existem em Barra Longa grupos socialmente vulneráveis não considerados nas medidas de reparação.

Para a elaboração da análise contida neste texto contamos com dados e informações oriundos de órgãos e serviços públicos, como a polícia militar, o conselho tutelar e o serviço de vigilância epidemiológica, ligado ao SUS. Vale ressaltar entretanto que o acesso aos dados e informações sobre violência/segurança foi extremamente dificultoso. Somente o serviço de saúde se colocou a disposição do nosso trabalho. Nos demais órgãos houve significativa relutância, demora e até negativa² de fornecimento de dados. Consideramos que este tipo de postura pode prejudicar futuras investigações cabendo pois reavaliação de tais espaços e instituições quanto ao seu papel no processo de reparação. Afinal ao se tratar de serviços públicos estes agentes devem colaborar no sentido de favorecer as ações que atendam as necessidades das famílias atingidas. Assim nossa análise não só propõe a ser conclusiva, mas de trazer apontamentos.

Esperamos que os apontamentos contidos em nossa análise sirvam de fonte de informações para a população atingida de modo a subsidiar suas reivindicações e luta pela reparação justa e integral pois as conclusões preliminares as quais chegamos apontam para a necessidade de medidas urgentes para a defesa dos grupos aqui destacados. Vejamos o que nos mostram os dados.

1. A situação de segurança dos grupos vulneráveis em Barra Longa.

Conforme expusemos inicialmente o nosso objetivo é caracterizar o quadro de segurança/violência vivenciado pelos grupos de pessoas vulneráveis formado por crianças e

² Os documentos relacionados as situações de negativa esse encontram entre os anexos.

adolescente, pessoas idosas e mulheres em Barra Longa. Percebemos que estes sujeitos correspondem aqueles que potencialmente tem sofrido com maior intensidade os danos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão neste município. Nossa afirmativa parte de considerações historicossociais que indicam a fragilidade social de tais grupos na sociedade tendo em vista, entre outras coisas, a condição de sujeito em desenvolvimento de crianças e adolescentes, a condição de subalternidade enfrentada pelas mulheres e as limitações físicas e de saúde enfrentadas pelas pessoas idosas. Todos estes elementos, portanto colocam os sujeitos aqui considerados mais facilmente em situação de risco de diferentes ordens, ou seja em condição de vulnerabilidade, por isso se exigem do poder público ações capazes de protegê-los.

Aos fatores destacados somam-se, em Barra Longa, os desdobramentos do desastre crime, tais como a perda de trabalho e renda das famílias, perda dos espaços de e lazer e socialização, perda de espaços e meios de produção adoecimentos, mortes, deslocamentos compulsórios, entre outros danos. Tais prejuízos e ainda outros são vivenciados pelas famílias atingidas compostas pelos diferentes sujeitos elencados. Em muitas situação os danos citados somam-se entre si ocasionando severas mudanças na vida das famílias. Em tais contextos podem surgir e de fato surgem situações de violência geralmente voltadas aos sujeitos mais frágeis do ponto de vista físico, social e econômico.

Os levantamentos realizados em Barra Longa indicam um quadro que merece atenção das autoridades, serviços públicos e responsáveis pela reparação. Vejamos o que os dados indicam.

1.1 A situação de segurança de crianças e adolescentes em Barra Longa.

No que diz respeito as crianças e adolescentes levantamos informações e dados que apontam para a mudança de comportamento de crianças e adolescentes, relatam o adoecimento dos mesmos e ainda demonstram a incidência de situações de violência. Neste quadro foi latente a avaliação de diferentes profissionais ligados à área da infância e juventude sobre os efeitos da perda dos espaços

de lazer e socialização para estes sujeitos. Também verificamos que mudanças ocorridas nas relações de trabalho dos pais ou responsáveis tiveram efeitos negativos sobre crianças e adolescentes.

Os dados e informações levantados indicam que as crianças e adolescentes do município sem encontra exposto a vários tipos de riscos e delineiam sua relação com o rompimento da barragem por diferentes aspectos e danos e ao mesmo tempo demonstram tanto a necessidade de medidas que busquem reverter o atual quadro quanto a negligencia dos agentes da reparação e órgãos de proteção com este grupo social.

Segundo as profissionais do serviço de proteção a crianças e adolescentes após o rompimento da barragem grande parte dos casos atendidos passaram a se referir a situações de negligência. Em geral tratam-se de ausência na escola ou de situações nas quais crianças e adolescentes ficam “soltos” na rua. As conselheiras avaliaram que em ambos os casos predomina entre pais e responsáveis situação desemprego e/ou adoecimento mental devido a preocupação quanto a inserção profissional e meios de sustento das famílias. Neste tipo de ocorrência as conselheiras averiguaram que muitos pais ou responsáveis se encontravam medicalizados e por isso sem condições de cuidar dos filhos conforme esperado.

O relato das conselheiras assinala, portanto que os danos do desastre/crime sobre o trabalho e renda das famílias tem como desdobramento efeitos sobre a relação e os cuidados dos pais e responsáveis com crianças e adolescentes que acabam sofrendo prejuízo de acesso ao direito a educação e ficando expostos a vários tipos de riscos por não contarem com a supervisão de um adulto.

As profissionais também avaliaram que houve mudança nos hábitos entre crianças e adolescentes, que se tornaram mais retraídos, ansiosos e/ou agressivos. As conselheiras relacionaram estas alterações de comportamento nas crianças e adolescentes do município com a perda dos espaços de lazer, como o campo de futebol, os quintais, as áreas verdes e os rios que cortam a cidade pois, para elas estas podem corresponder aos principais danos sofridos por estes sujeitos. Assim observaram que desde o rompimento se tornou comum o adoecimento mental de crianças e adolescentes, que passaram a ficar mais reclusos em suas casas devido a ausência de espaços para brincadeiras e socialização. Esta mesma observação foi realizada pelas profissionais da educação assinalando a coincidência de percepção de duas diferentes áreas.

A entrevista com as representantes do Conselho Tutelar assinalou também que havia entre as mesmas a percepção de que desde o rompimento da barragem houve aumento do número de chamadas. Para estas profissionais tal aumento se relacionava com a ocorrência de alterações nas relações entre as famílias, mas especificamente ao aumento do conflito intrafamiliar gerado especialmente por situações envolvendo a perda de trabalho e renda e que favoreceram o uso de álcool por pais e responsáveis ocasionado situações de negligência e de violência em relação aos sujeitos alvo das ações daquele conselho.

As conselheiras ainda destacaram que após o rompimento passou-se a registrar situações envolvendo crianças e adolescentes que até então não aconteciam no município, como o tráfico e uso de drogas e entorpecentes e prostituição. Sobre estas situações as conselheiras apontaram o grande fluxo de trabalhadores na cidade como fator determinante. Segundo as profissionais muitos trabalhadores fazem uso de drogas e entorpecentes o que levou a abertura de uma canal local de comércio de tais substâncias e neste quadro, especialmente os adolescente acabam se envolvendo tanto no uso como na sua comercialização.

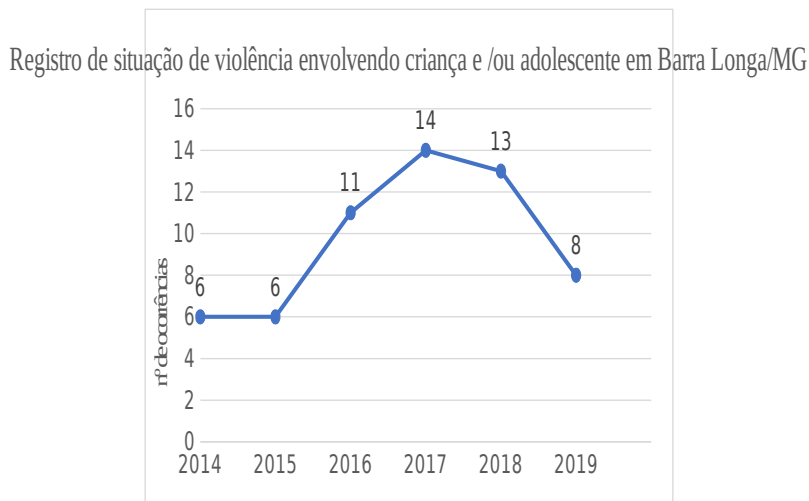
Do mesmo modo a movimentação de trabalhadores vindos de outros municípios, sobretudo homens, faz com que muitos destes trabalhadores se envolvam com as adolescentes da cidade. Estes relacionamento muitas vezes provocaram situações nas quais as adolescentes chegaram a abandonar suas famílias para acompanhar aqueles que se tornam seus companheiros ou namorados. Sobre isso as conselheiras avaliaram que sem a proteção da família e o acompanhamento dos órgão de proteção a infância estas adolescentes acabam desamparadas de qualquer tipo de proteção e sujeitas a relações de abuso e violência.

Não foi possível avaliar quantitativamente as situações descritas pelas conselheiras em virtude da negativa daquele órgão em fornecer os dados que permitiriam esta análise. Entretanto apesar de tal circunstância as informações fornecidas em entrevista e aquelas oriundas de outros órgãos e profissionais apontam para um cenário no qual crianças e adolescentes estão expostos a várias situações de risco além dos danos gerados a eles pelo rompimento da barragem. Neste sentido são fundamentais os dados fornecidos pela polícia militar.

Segundo os registros policiais houve aumento expressivo de situações de violência contra crianças e adolescentes em Barra Longa desde 2015, ano que ocorreu o desastre/crime. Os dados apontam aumento de quase 100% de registros de casos já que entre 2014 e 2015 foram registrados

6 casos e em 2016, 11 casos. Em 2017 foram 14 casos e em 2018 e 2019 13 e 8 casos respectivamente assinalando a redução do número de registros. No gráfico 1 é possível observar melhor a evolução dos registros:

Gráfico 1 – Nº de registros de casos de violência contra crianças e adolescentes em Barra Longa-MG



Fonte: Polícia Militar

Os dados indicam recente redução do número de registros. Entretanto na avaliação das conselheiras tutelares ocorre a manutenção de um quadro preocupante quanto as crianças e adolescentes no município. Vale lembrar que quando tratamos do indicador educação as gestoras das escolas apresentaram a percepção de situações de ansiedade e depressão em crianças e adolescentes e relacionaram, mesmo que de forma não conclusiva, tais situações com os desdobramentos do desastre/crime tendo em vista que as situações citadas ocorreram tanto em crianças e adolescentes que vivenciaram a chegada na lama nas suas escolas como nos casos em que esses sujeitos vivenciam perdas posteriores a chegada da lama, mas relacionadas a ela, como a perda de emprego dos pais ou responsáveis, perda das moradias e consequente mudança de residência entre outras situações deste tipo.

As conselheiras tutelares avaliaram que o conselho tem poucas condições de atender as demandas postas, pois o mesmo não possui estrutura e recursos suficientes para trabalhar com a qualidade necessária. Isso demonstra que as situações geradas não são consideradas pela gestão municipal e pelo sistema de governança da Fundação Renova.

Conforme apontamos no texto de análise dos programas socioeconômicos da Fundação Renova não existe previsão de recursos e/ou equipamentos para o conselho tutelar no plano de

Reparação em Proteção Social elaborado pela secretaria municipal de assistência social com a colaboração da Fundação Renova. Isso demonstra que apesar da relação entre conselho tutelar e a secretaria de assistência social não existe articulação para o planejamento e gestão das ações.

Além disso apesar das situações levantadas por nós neste e em outros trabalhos não existe do ponto de vista da reparação propostas voltadas a reparação dos danos gerados as crianças e adolescentes. O máximo que identificamos foi o Programa Recuperação das escolas e reintegração da comunidade escolar (PG-11) que realiza a recuperação das escolas, ou seja está voltado para a reparação das estruturas danificadas pela lama e capacitação para os profissionais da educação.

Assim consideramos necessárias medidas voltadas especificamente para crianças e adolescentes que busquem atender as particularidades de tais sujeitos, mas sobretudo que busquem garantir a sua proteção conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescentes. Afinal é de responsabilidade dos agentes causadores do rompimento a reparação de todos os sujeitos vítimas do desastre/crime.

1.2 A situação de segurança das mulheres em Barra Longa.

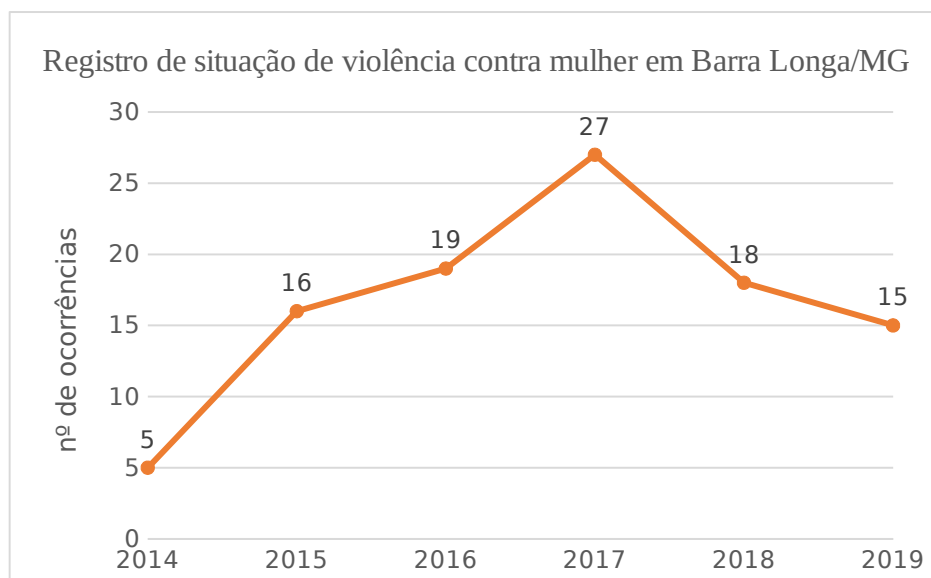
Sobre a situação de segurança das mulheres em Barra Longa identificamos um quadro bastante grave. Já sabíamos que as mulheres compõe o grupo com maiores danos quanto ao trabalho e renda. Isto se colocou pois as mulheres de Barra Longa, até o rompimento da barragem de Fundão, predominantemente desenvolviam atividades produtivas informais, tipo de inserção profissional que não conta com a proteção garantida aos trabalhadores/as formais por legislação específica. Desta forma quando o rompimento determinou a perda de suas fontes de renda elas não

contaram com os benefícios trabalhistas e previdenciários como seguro-desemprego e auxílio-doença. Além disso as rendas oriundas de trabalhos informais não são consideradas pelas Fundação Renova para o registro do cadastro integrado fazendo com que muitas mulheres, até então independentes financeiramente, se tornasse dependentes do auxílio fornecido aos seus maridos/companheiros. Isso gerou a redução das rendas das famílias bem como fez com as mulheres retrocedessem em sua condição de independência. Logo é fácil imaginar que tal condição, por vezes, gera conflitos e desentendimentos nas famílias considerando o direcionamento dos recursos frente as necessidades das famílias.

O fornecimento do AFE ao homem, considerado o chefe da família, indica postura retrógrada e machista da Fundação Renova que mais uma vez ignora os parâmetros da Política de Assistência Social. Conforme sabemos a citada política tem como base o Cadastro Único (CAD-único) que preferencialmente considera as mulheres como declarantes das informações necessárias ao preenchimento do cadastro tendo em vista a significativa incidência de famílias monoparentais femininas, ou seja chefiadas por mulheres e também a condição de subalternidade enfrentada por muitas mulheres em seus lares apesar do papel por elas desempenhados em relação à família, seja de provedora ou mesmo cuidadora.

O fato é que a perda de trabalho e renda das mulheres em Barra Longa têm contribuído fortemente para situações de conflito entre as famílias nos quais a violência contra as mulheres é uma de suas expressões. Os registros de ocorrências policiais ilustram a situação. Segundo dados da polícia militar houve significativo aumento de casos de violência contra a mulher entre 2014 e 2019, período no qual se observa aumento de mais de 200% de ocorrências. Segundo os dados houveram em 2014 5 registro e em 2015 o número sobe para 16 registros. Em 2016 foram 19 casos e em 2018 o número de registros sobe para 27 casos de violência contra mulher no município de Barra Longa. Somente a partir de 2018 observa-se a redução do número de registro com 18 casos e em 2019, 15 casos. O Gráfico 2 apresenta os dados elencados.

Gráfico 2 – Nº de registros de casos de violência contra mulher em Barra Longa-MG



Fonte: Polícia Militar

Vale observar que a redução do registro de casos não indica a redução de sua ocorrência. É muito comum que as mulheres vítimas deste tipo de violência relutem em denunciar. Ao mesmo tempo o relato das mulheres atingidas assinala dificuldade das autoridades policiais locais em proceder o registro de situações de violência contra as mesmas considerando que os conflitos narrados constituem questão particular na qual não caberia a sua intervenção.

Outro ponto importante a salientar foi percebido no relato das mulheres no Seminário Temático da categoria das donas de casa. Naquele encontro as mulheres relataram que desde o rompimento da barragem elas percebiam a perda de sua privacidade. Segundo a fala de uma das atingidas o trânsito de pessoas de fora da cidade aumentou muito desde o desastre/crime fazendo com elas tivessem que alterar alguns hábitos como os seus horários de circulação na cidade ou mesmo conversar com os/as vizinhos na calçada deixou de acontecer. Um relato registrado em Relatório de Atendimento dos técnicos da assessoria descreve situação na qual uma atingida optou por deixar o trabalho que exercia em Barra Longa por se sentir insegura devido ao assédio de trabalhadores ligados à Fundação Renova.

Tudo isso assinala um contexto de profundas alterações na vidas das mulheres do município que não tem sido considerado quando pensamos nas medidas de reparação. A primeira vista pode parecer que as situações vivenciadas pelas mulheres, especialmente as situações de violência se devem a questões de seu universo particular sem relação com o contexto mais amplo que se instalou na cidade após o rompimento da barragem. Entretanto é muito claro no relato das atingidas que as mudanças e situações descritas ocorrem como desdobramento do desastre/crime. O expressivo

aumento dos registros de violência contra as mulheres são um importante exemplo desse tipo de mudança. Assim cabe também para as mulheres a adoção de medidas reparatorias que busquem reverter o quadro de alterações negativas geradas e intensificadas em razão do rompimento.

1.3 A situação de segurança das pessoas idosas em Barra Longa.

Conforme destacamos no início deste trabalho a população idosa do município é expressiva e ao mesmo tempo corresponde a um grupos sociais que mais sentiram os efeitos do desastre/crime tendo em vista as mudanças ocasionadas na vida de muitos destes sujeitos. Quanto a situação de segurança das pessoas idosas em Barra Longa também se observa cenário bastante preocupante. Este quadro se coloca sobre duas razões, a primeira envolve o conjunto de danos gerados a população idosa do município, especialmente expressa, entre outras coisas, pelo prejuízo as relações comunitárias, mudanças compulsórias e adoecimento de variados tipos, especialmente mental das pessoas idosas. Mas também pelas novas situações geradas nas relações familiares pelos efeitos do desastre/crime.

Tal como observamos quanto a mulheres e crianças e adolescentes os/as idosos/as muitas vezes sofrem a repercussão das situações de conflito geradas nas famílias em razão do desastre/crime. Perda de empregos, moradia e renda, preocupações e desentendimentos nas famílias são algumas das situações que vem colocando em risco esta população.

Não foi possível levantar dados quantitativos específicos sobre o adoecimento mental de pessoas idosas após o desastre/crime, mas é comum entre os atingidos o relato deste tipo de quadro

quando tratam desta população. Chama atenção os relatos que apontam as mudanças compulsórias como uma das causas deste tipo de adoecimento.

Como sabemos em Barra Longa uma extensa área de zona rural foi atingida pela lama de rejeitos da mineradora Samarco. Logo muitas pessoas idosas que viviam no trajeto da lama tiveram que deixar não somente as suas casas e pertences, mas as suas lembranças e as relações comunitárias e de afetividade que vivenciavam naqueles lugares. Segundo muitos/as atingidos/as estes idosos rapidamente apresentaram quadros depressivos e chegaram a solicitar o retorno para os locais de moradia de origem mesmo com todo o risco que envolve tal retorno, quando possível.

Ao mesmo tempo as mudanças vivenciadas pelas famílias geraram efeitos ainda mais sérios para este grupo. Falamos aqui do quadro de violência contra pessoa idosa no município. Segundo dados da polícia militar os idosos compõe o grupo com maior registro de situações de violência no município quando comparados com criança e adolescente e mulheres.

Segundo os dados em 2014 houveram 30 registros e em 2015 o número sobe para 50 casos. Em 2016, um ano após o rompimento o número de registros cai quase pela metade, com 24 casos. Já em 2017 o registro volta a crescer acentuadamente chegando a 60 registros. Em 2019 o número cai totalizando 24 registros. O Gráfico 3 apresenta os dados descritos.

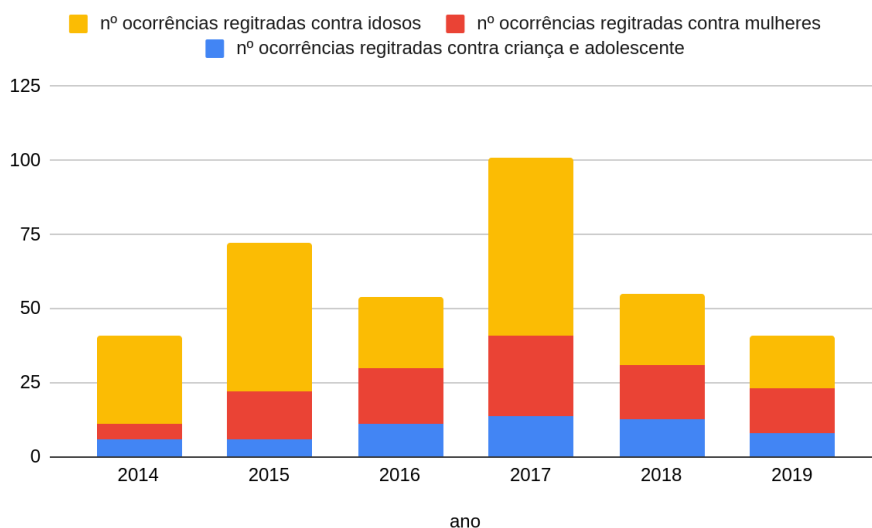
Gráfico 3 – N° de registros de caos de violência contra pessoa idosa em Barra Longa/MG



Fonte: Polícia Militar

A comparação dos dados indica que os idosos compõem o grupo com maior número de registros de violência entre os três grupos considerados. O número de registros para este grupo é muitas vezes superior as ocorrências envolvendo crianças e adolescentes e mulheres. O gráfico 4 apresenta esta comparação.

Gráfico 4. Comparativo do número de ocorrência registradas contra sujeitos vulneráveis



Fonte: Polícia Militar

Estes dados causam muita preocupação tendo em vista a grande população idosa do município. Eles apontam a necessidade urgente de medidas voltadas a este público que ao que se indica têm vivenciado não apenas a violação de inúmeros direitos em razão do desastre/crime mas também grave situação de violência. Lembramos que não existe nos programas socioassistenciais executados pela Fundação Renova ações específicas para este público o que demonstra, mais uma vez que o quadro pode estar se agravando em razão da ausência de medidas para esta população.

Ao mesmo tempo a dificuldade de locomoção enfrentada pela população idosa em razão de condições de saúde, mas também de acessibilidade dificultam e muitas vezes impedem a sua participação nos espaços de discussão sobre a reparação. Logo é fundamental a criação de medidas e ações capazes de abarcar as necessidades deste grupo e mais ainda de considerá-los e envolvê-los no processo de reparação.

2. Apontamentos sobre segurança/violência de grupos vulneráveis em Barra Longa

As informações e dados sobre os três grupos sociais considerados assinalam um contexto preocupante a relação a segurança/violência de mulheres, idosos e crianças e adolescente em Barra Longa. Conforme destacamos o rompimento da barragem de Fundão gerou no município profundas alterações e danos nas mais diferentes esferas. No aspecto relativo a segurança observa-se um quadro crescente de violência que se intensifica para alguns sujeitos entre os quais se colocam os grupos aqui considerados.

Informações do Serviço de Vigilância Epidemiológica, setor ligado ao Departamento Municipal de Saúde, também demonstram o citado aumento apesar de o serviço não possuir dados discriminados sobre as situações de violência atendidos no município. Em Barra Longa o registro geral de atendimento permite identificar o aumento de atendimentos ligados a situações de violência desde o desastre/crime.

Com dados retirados da ficha³ de notificação individual do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAM) o Departamento Municipal de Saúde informou que houve o seguinte registro anual⁴ de atendimentos de situações de violência interpessoal ou autoprovocada entre 2014 e novembro de 2019;

Ano	nº atendimentos de violência interpessoal/autoprovocada
2014	6
2015	12
2016	10
2017	16
2018	14
2019	17

3 A ficha pode ser consultada nos anexos.

4 Os dados referentes a 2019 correspondem aos registros efetuados até o dia 26/11/2019.

O quadro aponta aumento de 100% no número de atendimentos relacionados a violência entre 2014 e 2015, ano do desastre/crime, apesar de breve redução em 2016 e 2018. Em 2017 e 2019, no entanto o registro volta a crescer, atingindo 16 e 17 atendimentos respectivamente. Por se tratarem de dados gerais não é possível identificar com precisão os sujeitos vítimas, mas a percepção da profissional responsável pela vigilância epidemiológica é que a maioria das situações se referiam a violência contra a mulher.

Diante do exposto consideramos necessário o aprofundamento da investigação sobre a situação de segurança dos grupos sociais aqui considerados. Os dados, relatos, e levantamentos realizados assinalam a existência de uma situação preocupante com relação a violação de direitos e violência junto às crianças e adolescentes, mulheres e população idosa do município. Apesar de nossa avaliação não ser conclusiva é importante frisar que os dados levantados indicam uma estreita relação entre a situação socioeconômica das famílias e as situações de violência. Dito de outra forma, percebemos que o relato das alterações relacionadas a segurança da população vinculava-se a contextos nos quais as famílias sofreram perdas relacionadas a renda.

A dificuldade de acesso aos dados sobre segurança impediram uma análise conclusiva sobre a situação. Entretanto é inegável tanto a ocorrência de danos para estes grupos quanto o surgimento de situações novas, de prejuízo e/ou risco. Especialmente sobre este último é possível afirmar pela incidência de situações graves como situações o aumento dos casos de violência a necessidade de atenção tanto dos órgãos de defesa e proteção como dos agentes da reparação no sentido de compreender todos os danos sofridos e apontar medidas reparatórias para estes sujeitos.

Para o momento os dados apontam a urgente necessidade de um serviço especializado de assistência a população que vivencia violação de direitos. Falamos aqui dos serviços prestados, por exemplo, nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), equipamentos previsto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e com competência para acompanhar e intervir nas situações que põe em risco a dignidade humana. Nos surpreende em muito a não previsão deste tipo de serviço, mesmo que regionalizado, para o município tendo em vista a ocorrência de um desastre/crime com a magnitude ocorrida na bacia do rio Doce e com todos os efeitos econômicos e sociais provocados e em Barra Longa.

É necessário ainda a adoção de outras medidas, de caráter reparatório, indenizatório, compensatório e de proteção para estes sujeitos. Ou seja esperamos que os responsáveis pelo

desastre/crime e seus representantes sejam capazes de realizar ações que efetivem a reparação de todos os sujeitos atingidos da forma que estes necessitam, esperam e conseqüentemente tem o direito. Neste sentido são necessárias medidas capazes de considerar a particularidade de alguns grupos. Afinal os danos sofridos são mais intensamente vivenciados por sujeitos que socialmente se inserem em situações de risco e que foram aprofundadas pelo desastre/crime.

Por fim destacamos a necessidade de consideração de outros grupos vulneráveis como pessoas portadoras de deficiência e comunidade LGBT não abordados neste trabalho, mas que também compõe a população atingida de Barra Longa e para os quais não existem medidas de reparação específicas.

Considerações Finais

Apresentamos neste texto os resultados dos levantamentos sobre a situação de segurança/violência de mulheres, crianças e adolescentes e idosos/as em Barra Longa considerando a sua situação de risco ante aos desdobramentos do rompimento da barragem no município. Neste caminho identificamos a alteração das condições e modos de vida destes sujeitos oriundos entre outras coisas da perda de espaços de lazer e socialização, perda de trabalho e renda e situações de violência.

Identificamos um quadro que sinaliza que crianças e adolescentes, mulheres e idosos tem experienciando situações graves, inclusive de violação de direitos, em vários aspectos em virtude da intensificação das condições negativas geradas pelo rompimento da barragem de Fundão. Estas indicações cabem ser mais profundamente analisadas tendo em vista a nossa dificuldade de acesso a outros dados. De todo modo é possível afirmar que os grupos considerados tem vivenciado situações de violação de direitos que merecem ser urgentemente consideradas.

Ao quadro de segurança identificado, que percebe o indicativo do aumento de situações de violência envolvendo os grupos vulneráveis privilegiados no trabalho, soma-se os resultados levantados em nossa análise dos demais indicadores considerados para o mapeamento socioassistencial de Barra Longa. Falamos aqui dos indicadores trabalho e renda, segurança alimentar e nutricional e educação que indicaram que o município experimenta em razão do desastre/crime um processo de empobrecimento intensificado pelo risco alimentar e nutricional vivenciado por muitas famílias pela perda dos quintais, aumentos dos gastos, perda de trabalho e fontes de renda e dificuldade de acesso as medidas mitigatórias voltadas a renda.

O oportuno resgate das análises dos indicadores agora observado em conjunto nos permitem visualizar a situação sociassistencial mais ampla de Barra Longa da qual destacamos o processo de empobrecimento da população ocasionado, principalmente, pelos danos ao trabalho e fontes de renda da população local.

Relembramos aqui a quebra dos circuitos produtivos e de comércio até hoje não restabelecidos, a impossibilidade de retomadas de algumas atividades como o garimpo e a pesca e a ausência de medidas de estímulo a retomada das atividades produtivas no município, o comprometimento da renda das famílias com os novos gastos gerados pelo rompimento, especialmente com alimentação, saúde, moradia e produção e o crescente quadro de desemprego na cidade como os principais elementos ligados a esfera do trabalho e renda. Neste contexto destacamos a identificação das mulheres como os sujeitos mais penalizados pelos danos do trabalho e renda tendo em vista a sua predominante inserção em atividades informais não retomadas completamente desde o desastre/crime e a seu conseqüente não reconhecimento de sua contribuição na composição da renda familiar pela Fundação Renova promovendo a dupla dependência financeira.

Importante ressaltar a dificuldade de acesso ao auxílio financeiro emergencial, medida mitigatória prevista no TTAC para os/as atingidos com danos relacionados ao trabalho e renda, mas que não alcança a totalidade das famílias atingidas tendo em vista a subversão dos critérios para efetivação do cadastro das famílias pela Fundação Renova. Destacamos ainda os cortes de auxílio realizados desde outubro/2019 pela Fundação e que não deixam claros os motivos de desligamentos das famílias ou permitiram o seu questionamento pelos/as atingidos/as.

Ao mesmo tempo resgatamos a ineficiência dos programas voltados a recomposição da economia local que não têm sido implementados de modo a promover a reativação econômica do municípios e a reinserção dos/das trabalhadores/as do município no mercado de trabalho.

Ao contexto do trabalho e renda, que afeta todas as categorias profissionais do município, aglutina-se o risco de insegurança alimentar e nutricional, especialmente das famílias mais pobres em razão da perda dos alimentos oriundos dos quintais produtivos atingidos pela lama de rejeitos. Fato que repercutiu tanto no empobrecimento da qualidade da alimentação da população como na alteração e até rompimento das relações comunitárias de troca e doações de vegetais. Além disso a perda dos quintais aprofundou os gastos das famílias com alimentação que se tornou completamente dependente do comércio para aquisição de alimentos. Vale ressaltar que não existe nenhuma medida de reparação em andamento para o caso das famílias que vivenciam a insegurança alimentar.

Percebemos ainda que danos como traumas e adoecimento mental de crianças e adolescentes muito relacionados a vivência da chegada da lama no município como também do contexto gerado pelo desastre/crime as suas famílias e a perda de espaços de lazer e socialização não foram, até o momento, considerados no processo de reparação e que as medidas voltadas para estes sujeitos se restringem a ações voltadas as escolas atingidas pela lama.

Por fim avaliamos que grupos socialmente vulneráveis como as crianças e adolescentes, mulheres e idosos tem vivenciado contextos de risco e até mesmo de violência como desdobramentos do desastre/crime cabendo para estas situações intervenção imediata dos órgãos competentes bem como a necessidade de elaboração de medidas de reparação específicas para estes grupos. Ressaltamos ainda a existência de outros sujeitos desconsiderados pelo processo de reparação cabendo desta maneira maior diálogo entre os/as atingidas e os agentes da reparação.

Por tudo a nossa análise caminha para a hipótese que afirma que o atual quadro socioassistencial de empobrecimento e de agravamento dos riscos sociais em Barra Longa é determinado pelos efeitos do rompimento da barragem a renda das famílias. Percebemos que todos os danos e desdobramentos do desastre/crime identificados, como a perda de trabalho e a interrupção da possibilidade de realização de algumas atividades produtivas, o adoecimento mental de crianças e adolescente e o prejuízo no seu aprendizado tendo em vista dificuldades de concentração e/ou ansiedade, a insegurança alimentar da população local gerada pela perda dos quintais produtivos e o aumento dos casos de violência contra grupos vulneráveis são perpassadas

pelos danos causados a renda das famílias. Mais especificamente, identificamos que em todas as situações havia como elemento comum a perda da autonomia financeira das famílias. Esta situação parece ser o elemento desencadeador dos demais danos e prejuízos identificados em nossas análises. Assim compreendemos que o rompimento da barragem de Fundão determinou um contexto de graves consequências para toda a população nas mais diferentes esferas da vida, mas que ao atingir os meios de sobrevivência da famílias alastra-se para outros aspectos gerando novos danos ainda não mensurados. Este cenário penaliza mais fortemente os grupos sociais mais pobres, as mulheres, os idosos e as crianças e adolescentes tornando urgente a adoção de medidas reparatórias capazes de efetivar a reversão do quadro descrito tais como a elaboração de um instrumento complementar para o cadastro da Fundação Renova, a obrigatoriedade de cumprimento das medidas acordadas em território, a adoção de meios que viabilizem a participação dos atingidos no debate e elaboração de propostas para os danos apontados, o envolvimento do poder público no processo de reparação, a elaboração de medidas de reparação voltadas a grupos vulneráveis, a adoção de medidas de estímulo à economia local e a implementação efetiva dos programas socioassistenciais em Barra Longa. Sem ações no sentido apontado a tendência será o agravamento da situação socioassistencial do município.

Esperamos que a população de Barra Longa consiga se organizar e cobrar dos responsáveis pelo processo de reparação, empresas e sua representante, a Fundação Renova, e também das instituições justiça as medidas necessárias para a sua reparação integral que conforme buscamos demonstrar exige a consideração de uma gama de aspectos ainda não problematizados no processo de reparação.



Juliana Cobuci
Assistente Social
CRESS/MG-23961

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barra-longa_mg>

BRASIL. Justiça Federal. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC): acordo relativo ao ajuizamento de Ação Civil Pública em face da SAMARCO e dos ACIONISTAS, registrado sob o nº 0069758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12a Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, 12a Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, assinado em 02/03/2016. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>>. Acesso em: 15/01/2019.

_____. Justiça Federal. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC-GOV) acordo relativo ao ajuizamento de Ação Civil Pública em face da SAMARCO e dos ACIONISTAS, registrado sob o nº 0069758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 12a Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, 12a Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, assinado em 25 de junho de 2018. Disponível em: pç< http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/tac-gov/2018-06-25-cif-tac_governanca.pdf>. Acesso em: 6/01/2020.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. In: Coletânea de Leis e Resoluções do Conselho Regional de Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2001.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Programa Bolsa Família: Orientações para o Ministério Público. Brasília, 2005.

_____. Bolsa Família: manual do Sibec (Sistema de Benefícios ao Cidadão). Brasília, 2006.

_____. Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília, 2006.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA LONGA/MG (DMAS). Plano de reparação em proteção social. 2019.

FUNDAÇÃO RENOVA. Programa Recuperação das escolas e reintegração da comunidade escolar (PG-11). Definição do Programa. Maio, 2017

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS), 2004. Resolução 145/2004. Brasília: CNAS, 2004.